

SEMANA DA INDIGNAÇÃO 2012

PARE

UM DIA EM DEFESA DO SEU REAJUSTE SALARIAL

Paralisação de 24h! Hoje (07), 12h, Assembleia na JT/Barra Funda

Mais uma vez, o Judiciário abaixa a cabeça para o Executivo. O presidente do STF abriu mão de recursos próprios, rebaixando ainda mais o PL 4363/12.

Para evitar novo rebaixamento, a categoria paralisa suas atividades por 24 horas, hoje, na abertura da Semana da Conciliação.

A partir das 12h, em frente ao fórum Ruy Barbosa, tem Assembleia Estadual. Vamos exigir do ministro Ayres Britto a defesa do projeto integral apresentado pelo STF e autonomia do poder Judiciário. Por isso, a participação de todos é fundamental!

Imposto aos servidores no final de agosto, esse PL representa um rebaixamento do Plano de Cargos e Salários (PCS), cuja aprovação era reivindicada pela categoria desde 2009.

Naquele mês, os servidores estavam no auge de uma forte greve, e Ayres Britto afirmou existir um acordo entre Executivo e Judiciário (*vide verso*). O tal acordo permitiria ao Judiciário remanejar o valor de R\$ 715 milhões, em seu próprio orçamento oriundos das FCs cheias extintas. Com esses recursos, a GAJ seria elevada a 100% do vencimento básico, em três anos.

Mas o governo Dilma Rousseff (PT) está vetando o uso desse montante, desrespeitando, mais uma vez, a autonomia financeira do Poder Judiciário. Sem eles, a GAJ cai para 90%, e a primeira parcela do projeto, em janeiro de 2013, fica bem menor.

Não custa lembrar que assistimos a tragédia semelhante em 2011. Além de vetar a peça orçamentária do Judiciário, Dilma não cumpriu a liminar do ministro Luiz Fux, que determinava o envio dos valores solicitados pelo STF à Câmara.

O desrespeito ao Judiciário é tamanho que até os magistrados vão realizar protestos durante a Semana da Conciliação. Segundo a Anamatra e a Ajufe eles paralisam as suas atividades entre hoje e amanhã.

✓ **Contra o rebaixamento do PL 4363/2012**

✓ **Contra o veto ao orçamento original do Poder Judiciário**

✓ **Pelo respeito à autonomia financeira e orçamentária do Judiciário**

✓ **Em repúdio à omissão da cúpula do Judiciário**

Contra rebaixamento do PL 4363, servidores do TRF/ JF realizam ato no Pedro Lessa, 13h

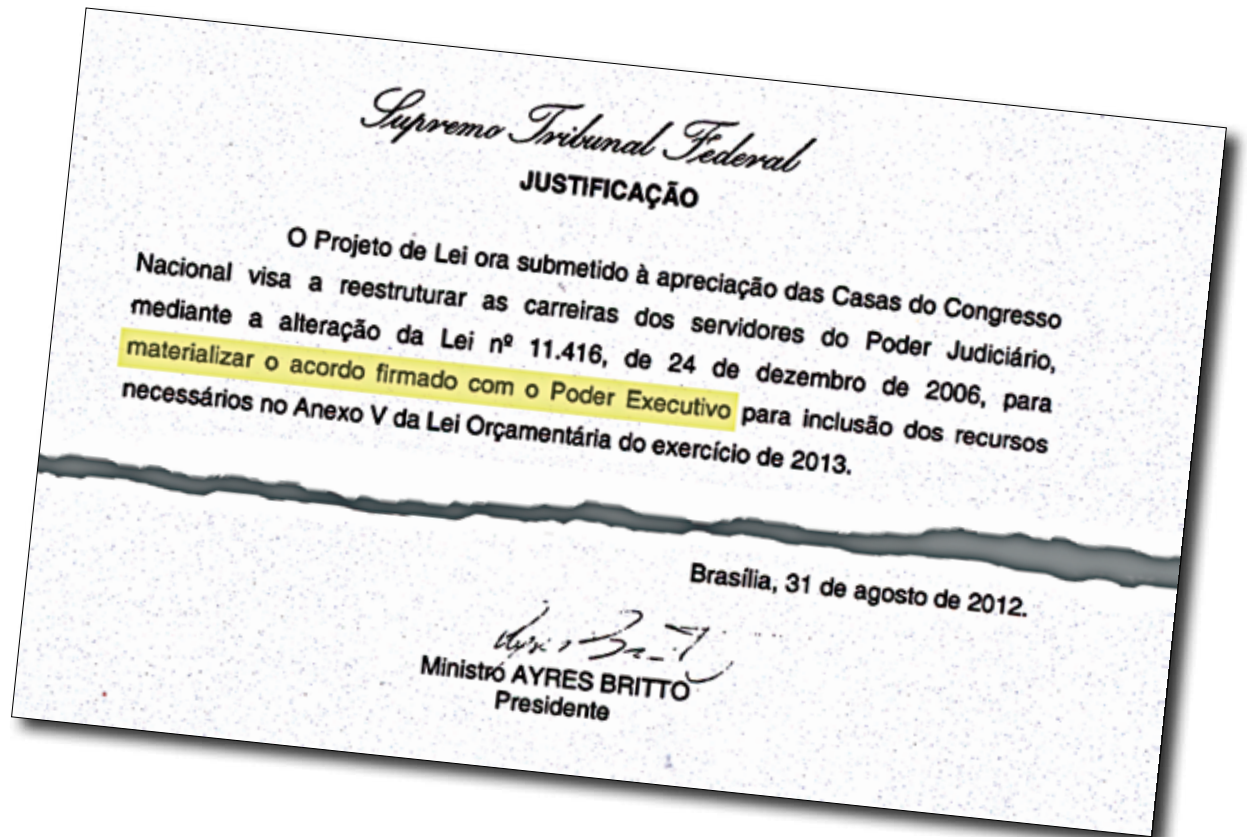
“Vamos utilizar a abertura da Semana da Conciliação para mostrar a nossa indignação contra essa postura submissa da cúpula do Poder Judiciário”, diz diretor do Sintrajud

Os servidores da Justiça Federal e do TRF-3 vão usar a entrada do fórum Pedro Lessa como palco para mostrar sua indignação quanto à postura submissa da cúpula do Poder Judiciário. Às 13h, desta quarta-feira, eles realizam um ato público contra o veto orçamentário promovido por Dilma Rousseff (PT) e aceito sem reclamações pelo presidente do STF.

No final de agosto, sem consultar a categoria, que lutava pela aprovação do PCS, Ayres Britto encaminhou à Câmara o PL 4363/12. Na justificativa desse PL, o presidente da Corte afirmou ter celebrado um acordo com o governo federal, o que permitiria um reajuste de 100% na GAJ em janeiro de 2015.

Não foi preciso um mês para a verdade vir à tona. O tal “acordo”, enfiado goela abaixo da categoria, não existe! Assim, na melhor das hipóteses, a GAJ passará a 90% do vencimento básico, e não mais 100%. Isso somente em janeiro de 2015. Sem contar que o valor da primeira parcela será idêntico às demais.

“Nem mesmo esse acordo rebaixado, que não teve o aval da categoria, está sendo garantido. Temos que utilizar a abertura da Semana da Conciliação para mostrar toda a nossa indignação contra essa postura submissa da cúpula do



Poder Judiciário e denunciar mais essa imposição do governo Dilma”, afirma Cléber Borges Aguiar, diretor do Sintrajud.

Ele completa: “É importante que estejamos mobilizados para que seja garantida, no mínimo, a aprovação do PL 4363/12”.

É O ARROCHO

Governo Dilma veta GAJ a 100% mesmo com recursos do ‘próprio Judiciário’

Planejamento diz que só há acordo com uso dos 15,8%

O veto do governo Dilma Rousseff (PT) à elevação da Gratificação de Atividade Judiciária a 100% do vencimento básico em três anos não depende da origem dos recursos. O Ministério do Planejamento disse ter desacordo com qualquer reajuste salarial para os servidores que preveja percentual acima do fixado pelo governo, mesmo que os recursos saiam de previsões que já integram o orçamento do Judiciário Federal.

A rejeição ao uso do saldo decorrente do fim das funções comissionadas cheias, classificado inicialmente de ‘virtual’ pelo Planejamento (de acordo com relato do Supremo Tribunal Federal), teria sido, ao que parece, apenas ‘desculpa’ para negar qualquer incremento no reajuste baseado nos 15,8% sobre a folha de pagamento, índice admitido pelo governo depois de pressionado pela greve nacional do funcionalismo.

Sem os recursos adicionais, a GAJ cai para 90% e a primeira parcela do projeto, em janeiro, fica bem menor.

A informação de que a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, descarta alter-



Miriam Belchior - Ministra do Planejamento

nativas orçamentárias para manter a versão original do projeto (PL 4363/2012) foi repassada por auxiliares próximos a ela ao Melqui, diretor da Fenajufe e do Sintrajud. “Isso significa que só com muita mobiliza-

ção será possível defender a aprovação do projeto [sem rebaixamentos]”, disse Melqui. Apesar de observar um cenário difícil, o dirigente segue acreditando na luta da categoria para forçar o STF a defender a autonomia orçamentária do Poder Judiciário e derrubar mais essa posição do governo petista. Posição que veio a público, sem disfarces, no mesmo dia em que a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara (Ctasp) aprovou o relatório do PL 4363 com a GAJ a 100% - o que foi considerado um avanço, mas insuficiente para garantir qualquer acordo sem rebaixamento.

Mobilização nacional

O veto do governo ao teor do PL 4363, já rebaixado em relação à revisão do plano de cargos inicial, e a falta de empenho do presidente do STF, Carlos Ayres Britto, em impor a autonomia financeira do Poder Judiciário provoca muita insatisfação. A categoria deverá expressá-la nas manifestações previstas para ocorrer nos estados durante a Semana Nacional de Conciliação, de 7 a 14 de novembro, ‘rebatizada’ de Semana da Indignação.